

**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE - CIB**

DATA: 12/06/02 – HORÁRIO: 14:00 HS. - LOCAL: AUDITÓRIO/SECR

Participantes	
SECR	COGEMAS
Fani Lerner	Marina Klamas Taniguchi
Ester Proveller	Zilda M.C.Riesemberg Marques
Letícia Raymundo	Saete Maria de Camargo Gestald
Elenice Malzoni	Elizabeth S. Camilo
Ana Paula Gadotti Franco	
Marcia Mazarotto	

Representantes da Secretaria Técnica	
Godofredo Steinwandt Neto	Victor E. V. R. Pchera.
Sonia Maria J. Benvenuti.	

Convidados	
Soeli rosty	Claudio Luiz Pacheco
Izabel Brito	

Pauta

- **Resultado do processo de Habilitação dos Municípios.**
- **Plano Plurianual / Atualização 2003.**
- **Revisão do Monitoramento.**
- **Estrutura e funcionamento dos Gestores Municipais na operacionalização da Política de Assistência Social.**
- **Cadastro Único.**
- **Câmara Técnica/Capacidade de Gestão**
- **Benefício de Prestação Continuada**

Assuntos da Pauta:

Leitura e aprovação da ata da reunião da Comissão Intergestora Bipartite ocorrida em 02/04/02.

1. Resultado do processo de habilitação dos municípios;

A Secretaria Técnica informa que após análise da documentação dos 41 municípios que se encontram em Gestão Estadual, 11 obtiveram habilitação provisória até 31/12/01, sendo esta habilitação condicionada a apresentação dos documentos pendentes a esta CIB. São eles: Araruna, Cambará, Carlópolis, Fênix, Imbituva, Mato Rico, Mariluz, Roncador, Terra Boa, Uniflor, Virmond.

Apenas três municípios permaneceram em Gestão Estadual: Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Inácio Martins. Os demais municípios foram habilitados a condição de gestão municipal.

Desta forma, não haverá alteração de recursos para os municípios em Gestão Estadual, conforme previsto a resolução CIT n. 08 de 12/12/02, o qual define que 75% dos recursos oriundos do FNAS atualmente alocados no FEAS deveriam ser transferidos aos FMAS.

2. Plano Plurianual de Assistência Social/Atualização – 2003

Apresentado para apreciação, o instrumento que nortearia a atualização dos Planos Municipais de Assistência Social, referente ao ano de 2003. Trata-se do mesmo modelo utilizado em 2002, com complementações no sistema de monitoramento e avaliação. Explicado que a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação/CIT discutiu sobre a implantação de um sistema único de monitoramento no país todo, mas esta CIB entende que não é possível aguardar a conclusão dos estudos.

O COGEMAS sugere que no quadro referente à Rede de Serviços da Assistência Social seja incluído mais uma caracterização dos serviços, programas, projetos e benefícios, que permita visualizar as grandes áreas de atuação da rede.

Definido prazo para início do processo que acontecerá em julho, bem como o retorno dos dados para a SECR que deverá ocorrer até 23/08.

3. Revisão do Monitoramento e Avaliação

Apresentados os dados parciais do processo, relativos ao ano de 2001, inclusive os gráficos que demonstram os resultados iniciais da consolidação.

Os dados numéricos apresentados pelos municípios estão incompatíveis e precisam ser reformulados para que o relatório final seja concluído.

A plenária considera importante que os municípios sejam orientados pelos Escritórios Regionais da SECR, para efetuar as correções necessárias no relatório, pois além delas permitirem a conclusão do processo, proporcionarão capacitação para o Monitoramento no ano 2002.

Os dados informados pelos municípios quanto aos valores per capita de cada serviço, tiveram grandes variações, sendo que alguns municípios informaram valores extremamente altos e outros muito baixos.

Por este motivo, o COGEMAS solicitou que sejam definidos e informados quais os itens devem ser computados no custo per capita. Solicita também, que haja melhoria do programa de informática, especialmente quanto à possibilidade de correção dos dados.

A data pactuada para conclusão do processo de Monitoramento 2001 é o mês de julho e outubro para retorno dos dados dos municípios referentes ao ano de 2002.

4. Estrutura de funcionamento dos gestores municipais na operacionalização da política municipal de assistência social

Assuntos solicitado por representante do COGEMAS, por entender que há necessidade de maior informação das entidades que compõem a rede de serviços, quanto ao papel do gestor municipal da assistência social, em especial quanto aos aspectos de fiscalização e monitoramento. Há maiores dificuldades nos municípios onde o gestor não é a 1ª Dama, porque nestes casos ainda persiste o duplo comando.

A presidente do COGEMAS considera importante que os gestores tenham os dados e indicadores que reflitam a realidade do município para que possam pleitear apoio dos prefeitos quanto aos investimentos necessários para estruturação dos órgãos gestores da assistência social. Sugere também que o COGEMAS realize reunião com as 1ª Damas, para reforçar as informações quanto ao papel do gestor.

5. Cadastro Único

Entregue o documento elaborado pela Comissão Estadual do Cadastro Único, o qual contém novas informações sobre o cadastramento e o resumo da situação atual dos municípios frente ao processo.

A SECR informa, que a Sra. Secretária Fani Lerner solicitou à SEAS, recursos para subsidiar os municípios com estimativa superior a 20mil famílias a serem cadastradas, no valor de R\$ 0,90 por cadastro.

Esta quantia baseia-se no valor destinado pela SEAS às capitais.

6. Capacidade de Gestão

Informado que o CEAS deliberou quanto a utilização de recursos do FEAS para financiar a parceria com o IPARDES, o que permitirá a conclusão dos trabalhos referentes à capacidade gerencial. Este indicador é um dos itens que compõem os Critérios de Partilha dos recursos na área da assistência social.

7. Benefícios de Prestação Continuada - BPC

A Gerente Estadual da revisão do BPC, informa que participou de reunião na SEAS/MPAS e trás as ultimas informações e proposta sobre o processo:

- O CONGEMAS passará a integrar o Grupo I (âmbito nacional) e o COGEMAS integrará o Grupo II (âmbito estadual). No Paraná, a Sra. Sônia Benvenuti é a representante indicada pelo Colegiado.
- Foi discutida a necessidade de capacitação dos médicos que realizam a perícia médica no processo de Revisão.
- Foi sugerido pela gerente do BPC da SEAS, que a referida capacitação pudesse ser iniciada em Recife no próximo mês, por ocasião de uma reunião do INSS já agendada.
- Os repasses de recursos aos municípios, referentes à 3ª etapa da revisão deverão acontecer até 30/06/02, devido à legislação eleitoral. Os municípios deverão regularizar seus documentos no Setor de Cadastro da SECR para efetivação dos repasses.
- Ressaltado que a 3ª etapa da revisão não deve ser confundida com a avaliação dos beneficiários não localizados nas 1ª e 2ª etapas.
- O Paraná é o primeiro estado a ter os BPCs suspensos quando os beneficiários não forem localizados para revisão.
- Dias 15/06, 19/08 e 20/08 serão apresentados programas da Série Diálogo, que enfocarão o BPC, os quais fazem parte do programa "Mínimo Social".

O COGEMAS ressalta a necessidade da participação do órgão gestor municipal, também na concessão, e não apenas na revisão e cessação do BPC.